

**N**uma altura em que se fala tanto em problemas de juventude, não seria de todo inoportuno referir também o actual estado em que se encontram as relações Universidade/Empresa, já que se constata, frequentemente, um total desfasamento entre estas duas realidades sociais, que deveriam constituir um mecanismo perfeito de acções recíprocas com vantagens importantes para ambas as partes.

A realidade, porém, é bem outra, e a verdade é que grande parte dos jovens prestes a entrar no mercado do trabalho não possuem (no entender dos responsáveis empresariais) o mínimo de conhecimentos indispensáveis relativamente à realidade empresarial com que se irão defrontar (se é que vão efectivamente). No entanto, temos vários aspectos a analisar. Por um lado, é elevado o número dos jovens estagiários sistematicamente desperdiçados pelas entidades patronais, não chegando sequer a ter oportunidade de prestar provas do seu real valor. Por outro lado os estágios, os poucos que existem, nem sempre são remunerados, o que constitui um clima de insegurança, extremamente desmotivador, no seio do qual o jovem estagiário não consegue dar largas ao seu espírito criativo.

Deste modo, a alegada falta de preparação parece não advir somente dos jovens recém-chegados ao mercado de trabalho; a atitude das próprias empresas contribui para agravar o desfasamento existente.

É uma situação embaraçosa, bloqueadora, e deixa transparecer um certo conformismo passadista em perfeito desacordo com os ideais pelos quais se rege o pensamento económico de todo um país que procura, por todos os meios, justificar o seu lugar numa Europa comunitária, toda ela voltada para o progresso.

## O papel do Estado

Relativamente à questão dos estágios, há ainda um outro aspecto que merece toda a nossa atenção. Trata-se da existência de alguns estágios de obrigação curricular, sem os quais o estudante não poderá dar como findo o curso em que se empenhou. Na verdade, o que acontece (dada a sua obrigatoriedade) é que, na maioria dos casos, o estudante é explorado pela entidade patronal, que encontra nele uma fonte de mão-de-obra barata.

Porém, agindo deste modo, a empresa mais não faz que prejudicar-se a si mesma; seria preferível aproveitar esses elementos para formar verdadeiros técnicos profissionais, aptos a ocupar, mais tarde, lugares de importância máxima, com o que se evitaria a falta de mão-de-obra especializada, tão referenciada por parte de alguns empresários. Para tal bastaria uma maior abertura do diálogo com a preocupação de dar a conhecer aos estagiários toda a filosofia empresarial, para além de se lhes «mostrar» quem dirige a empresa, e como funciona todo o seu mecanismo. De referir aqui o exemplo Norte-Americano, onde existem algumas corporações que chegam a formar fundos de assistência às Universidades, para além de se dar todo o apoio e incentivo ao estagiário durante o período laboral.

Neste campo entra também a componente «Estado», que deveria ter uma séria palavra a dizer. É evidente que todo o apoio à inovação proveniente desta última entidade, poderia

constituir um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento da política industrial portuguesa; tanto mais que essa inovação industrial está intimamente ligada ao aproveitamento e valorização dos recursos naturais, por via do uso devido das potencialidades abertas pela aplicação das novas tecnologias. No entanto, para isso, é necessário estimular a investigação científica.

Ora, o apoio estatal poderá perfeitamente vir a mobilizar os empresários portugueses para uma série de novos projectos, tornando ao mesmo tempo cativante a adopção e desenvolvimento de novos processos de fabrico e de novos materiais para uso industrial. Parece pois importante, aqui, bem como noutros aspectos da vida económica, o carácter inevitável da ligação entre a Universidade e o meio industrial e empresarial português. É importante não só pelo facto de a indústria poder servir de campo experimental para os estudiosos; mas também porque esse trabalho de investigação poderá possibilitar um rápido e racional aproveitamento dos avanços tecnológicos.

Há apenas que fomentar e intensificar todo o conjunto de relações entre a Empresa, a Universidade e também o Estado, sem se cair em «jogos de puro interesse», prejudiciais, no fundo, a todas as partes envolvidas.

Se por um lado a função pública se vê agora incapacitada de admitir novos membros para os seus quadros e para os seus corpos gerentes, existem, por outro lado, as empresas privadas, que constituem um verdadeiro motor da nossa economia, e que, por conseguinte, se deveriam mostrar mais abertas e receptivas a experiências desta natureza. ■

Vitor Andrade  
Comunicação Social  
ISCSP

Empresas - rel. C/ Universidade